

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

LETRAS PORTUGUÊS

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expreso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que instituiu o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Leia o texto a seguir.

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.

SAUSSURE. F. *Curso de Linguística Geral*, p. 17, 2006.

Acerca das noções de *língua* e *linguagem*, o trecho acima revela que Saussure

- (A) estabelece uma distinção entre essas noções, porém considera que língua e linguagem estão atreladas.
- (B) iguala as duas concepções, uma vez que considera que tanto a língua quanto a linguagem são fenômenos individuais.
- (C) estabelece uma distinção entre ambas as noções, pois considera que a língua e a linguagem são incompatíveis.
- (D) relaciona dos dois conceitos, mas destaca que, diferentemente da linguagem, a língua é um fenômeno individual.

QUESTÃO 32

Leia o texto a seguir.

Na atividade de leitura e produção de sentido, colocamos em ação várias estratégias sociocognitivas. Essas estratégias por meio das quais se realiza o processamento textual mobilizam vários tipos de conhecimento que temos armazenados na memória.

KOCH, 2008, p. 39.

De acordo com Koch (2008), esses conhecimentos incluem o interacional, o qual abrange

- (A) conhecimentos gerais sobre o mundo e vivências pessoais.
- (B) conhecimentos como o comunicacional e o superestrutural.
- (C) o conhecimento gramatical e lexical, incluindo a coesão.
- (D) o conhecimento acerca da intertextualidade e da polifonia.

QUESTÃO 33

A que teórico e à qual corrente linguística está associada a noção de que o signo linguístico é composto de um significante e um significado, sendo a conexão entre esses elementos estabelecida de maneira arbitrária?

- (A) Noam Chomsky e Gerativismo.
- (B) Ferdinand de Saussure e Funcionalismo.
- (C) Noam Chomsky e Estruturalismo.
- (D) Ferdinand de Saussure e Estruturalismo.

QUESTÃO 34

O termo “gerativismo” está atrelado a pesquisas sobre gramática iniciadas e desenvolvidas por Noam Chomsky. A gramática gerativa de Chomsky possui como um de seus princípios:

- (A) a ênfase dada à prescrição ao invés da descrição.
- (B) a reprodução do pensamento behaviorista.
- (C) a distinção entre competência e performance.
- (D) a rejeição da ideia de gramática universal.

QUESTÃO 35

Em *História Concisa da Língua Portuguesa*, Renato Miguel Basso e Rodrigo Tadeu Gonçalves (2014) apontam que o português brasileiro apresenta um caráter homogêneo. Para esses estudiosos, um fator que explica isso é o fato de que

- (A) o Brasil é um país em que se fala apenas a língua portuguesa.
- (B) as línguas indígenas já foram completamente exterminadas.
- (C) o português brasileiro se caracteriza pela pouca diversidade.
- (D) os falantes de diferentes regiões conseguem se comunicar.

QUESTÃO 36

Ao tratar das particularidades do português brasileiro, Paul Teyssier, em sua obra *História da Língua Portuguesa* (2004), enumera uma série de inovações do português brasileiro, as quais o diferenciam do de Portugal. É um exemplo de inovação de ordem morfológica:

- (A) o uso de palavras oriundas do tupi, como mingau e mandioca.
- (B) a supressão do *r* no final das palavras (ex.: doutor, fazer).
- (C) o uso de pronome átono em início de frase (exemplo: *Me parece que*).
- (D) o emprego corrente da palavra *comboio* em vez de *trem*.

QUESTÃO 37

Koch (2008) aponta que a intertextualidade “compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores.” No *Manifesto Antropófago*, de Oswald de Andrade, o trecho “Tupi, or not tupi that is the question” é um exemplo de intertextualidade implícita porque

- (A) faz referência direta à fonte na qual o trecho foi inspirado, facilitando para o leitor a identificação da intertextualidade.
- (B) faz referência explícita à fonte que inspirou o trecho, apelando para o conhecimento do leitor acerca da peça shakespeariana.
- (C) não faz referência explícita à fonte, impossibilitando que mesmo leitores familiarizados com Hamlet reconheçam a intertextualidade.
- (D) não faz referência explícita à fonte aludida no trecho, cabendo ao leitor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto.

QUESTÃO 38

Leia o texto a seguir.

A cantora Madonna fez um show recheado de hits na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Com 26 músicas, Madonna passeou por seus 40 anos de carreira, com direito a provocações, sucessos históricos, homenagens ao Brasil e questionamentos. Para um público estimado em 1,5 milhão de pessoas, a Rainha do Pop fez um dos shows mais grandiosos de sua trajetória.

Disponível em:
<<https://www.metropoles.com/entretenimento/musica/madonna-leva-multidao-ao-delirio-em-show-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Considerando a coesão textual, os componentes em destaque caracterizam exemplos de coesão

- (A) sequencial, em que conectores interfrásticos estabelecem relações lógico-semânticas entre as orações do texto.
- (B) sequencial, em que elementos ordenados linearmente possibilitam a continuação de sequências temporais.
- (C) referencial, em que elementos anafóricos remetem a um componente previamente expresso no texto.
- (D) referencial, em que elementos catafóricos antecipam um componente ainda não expresso no texto.

Leia o Texto 1 para responder às questões 39 e 40.

Texto 1**PRINCÍPIOS DO SUS**

Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. **Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços**, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

QUESTÃO 39

Considerando a sequenciação textual, o trecho sublinhado exerce a função de

- (A) estabelecer um paralelismo sintático entre as diferentes estruturas do texto.
- (B) encadear os enunciados, estabelecendo relações semânticas de comparação.
- (C) combinar proposições as quais mantêm entre si uma relação de condicionalidade.
- (D) introduzir uma paráfrase, na qual um conteúdo é reapresentado com alterações.

QUESTÃO 40

A oração subordinada adverbial destacada em negrito expressa a ideia de

- (A) comparação.
- (B) concessão.
- (C) finalidade.
- (D) proporção.

QUESTÃO 41

Leia o texto a seguir.

A Organização das Nações Unidas apresentou hoje o projeto de uma universidade global de matrícula gratuita [...] e cuja aulas são dadas através da Internet [...]. As despesas que os alunos vão ter serão uma matrícula (entre 15 e 50 dólares, dependendo do país) e 10 a 100 dólares por cada exame.

Disponível em: <<https://visao.pt/exameinformatica/noticias-ei/mercados/2009-01-05-onu-lanca-universidade-global-online-e-gratuita/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

No tocante à coerência textual, o texto apresenta

- (A) incoerência sintática, já que contém uso inadequado do termo anafórico *cuja*.
- (B) incoerência temática, pois contém trechos irrelevantes para o tema abordado.
- (C) incoerência semântica, já que desobedece ao princípio da não-contradição.
- (D) incoerência estilística, pois há inadequação no grau de formalidade utilizado.

QUESTÃO 42

Leia o texto a seguir.

Eduardo Leite admite que estudos alertavam sobre tragédia no RS

“Tem esses estudos, eles de alguma forma alertam, mas o governo também vive outras pautas e agendas”, afirmou Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul à Folha de S. Paulo, sobre uma suposta falta de preparo do governo para as enchentes.

A fala veio durante uma entrevista de 45 minutos à Folha, no Palácio Piratini, sede do governo estadual. Na conversa, além de assumir que estudos apontavam a possibilidade de haver uma elevação no nível das chuvas, que poderia causar grandes enchentes no estado, Eduardo Leite negou que as mudanças sancionadas por ele, em 2020 em mais de 400 normas ambientais, tenham ligação com a crise socioambiental enfrentada no estado.

Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/eduardo-leite-admite-que-estudos-alertavam-tragedia-no-rs>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Considerando as noções de gêneros e tipos textuais propostas por Marcuschi (2003), o texto acima é um exemplar do gênero:

- (A) notícia jornalística, com predomínio da sequência tipológica narrativa.
- (B) artigo de opinião, em que prevalece o uso da sequência argumentativa.
- (C) editorial, com predomínio das sequências argumentativa e descritiva.
- (D) coluna, em que prevalece o uso da sequência tipológica argumentativa.

QUESTÃO 43

Considerando os estudos de Roxane Rojo (2005) acerca dos gêneros, que relações podem ser estabelecidas entre as teorias dos gêneros textuais e dos gêneros do discurso?

- (A) Ambas as teorias se centram no estudo da materialidade do texto, valendo-se de categorias herdadas da linguística textual.
- (B) Enquanto a teoria dos gêneros textuais se centra no estudo da materialidade do texto, a outra enfatiza as situações de produção dos enunciados ou textos.
- (C) Ambas as teorias dão ênfase ao estudo das condições de produção dos enunciados ou textos e nos elementos sócio-históricos destes.
- (D) Enquanto a teoria dos gêneros textuais se desvincula inteiramente dos estudos de Bakhtin, a outra permanece atrelada às concepções bakhtinianas.

QUESTÃO 44

A consolidação do domínio de gêneros do discurso/gêneros textuais está entre os itens enumerados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a progressão das aprendizagens e habilidades. Tendo em vista os princípios bakhtinianos acerca dos gêneros, uma proposta de ensino de língua portuguesa pautada nos gêneros do discurso deve

- (A) abordar os gêneros como modos de interlocução fixos e inalteráveis.
- (B) focar no estudo de tipos textuais em detrimento de gêneros textuais.
- (C) dar ênfase exclusiva à descrição de formas de composição do texto.
- (D) abranger a apreciação valorativa do locutor sobre seus interlocutores.

QUESTÃO 45

Com relação ao uso de gêneros para a socialização dos estudos e pesquisas na sala de aula de língua portuguesa no Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe uma

- (A) priorização de gêneros escritos em detrimento dos gêneros orais.
- (B) diversificação de gêneros orais, escritos e multissemióticos.
- (C) priorização de gêneros mais tradicionais como o artigo de opinião.
- (D) rejeição a gêneros veiculadores de *fake news* como o podcast.

QUESTÃO 46

Em *Moderna Gramática Portuguesa*, Evanildo Bechara (2009, p. 54) afirma que a “parte central da gramática pura é a morfossintaxe”. Seguindo essa afirmação de Bechara, a gramática propriamente dita tem a morfossintaxe como base porque essa área da descrição da língua corresponde à

- (A) combinação de palavras quanto às funções das palavras nas sentenças.
- (B) relação de sentido decorrente das funções das palavras nas sentenças.
- (C) compreensão usual das palavras quanto à formação das frases.
- (D) formação das palavras no processo de composição das frases.

QUESTÃO 47

Na sentença “O farol está aberto”, usual no português brasileiro, o termo “farol” não se refere a uma estrutura elevada, comumente em formato de torre, com um aparelho óptico de fontes de luz e espelhos, visível a longa distância e que serve como base de auxílio marinho quanto à prestação de socorro, pois referencia o aparelho conhecido como “semáforo”, devido a um

- (A) sentido de sinal de luz comum a todas as palavras semelhantes.
- (B) efeito de sentido da palavra mediante o emprego do termo “aberto”.
- (C) uso das palavras à parte dos sentidos indicados nos dicionários.
- (D) emprego metafórico do adjetivo “aberto” na sentença.

QUESTÃO 48

Leia o caso a seguir.

Considere uma realidade em que uma trabalhadora chamada J. jamais faltou ao trabalho, nunca chegou atrasada nem saiu antes da hora, e que J. era torcedora fervorosa de um dado time de futebol. Em dado dia, o time para o qual J. torce jogará em horário de expediente. Colegas do trabalho de J. se organizam para irem ao jogo, mesmo sob o risco de terem o ponto cortado. Uma colega fala sobre convidar J. Alguém comenta: “Ela não vai topiar essa”.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Em termos de usos da língua, nesse caso, o comentário decorre de J.

- (A) ser uma má companhia, que, no uso da língua, se traduz em termos de psicolinguística mediante o convívio pessoal no trabalho.
- (B) corresponder ao tipo de pessoa considerada Caxias, termo que se aplica a ela por relações semânticas do tipo sinonímia.
- (C) apresentar um perfil reconhecido por colegas mediante a experiência que, no uso da língua, se traduz em termos de pragmática.
- (D) parecer, para todo mundo no trabalho, como exemplar caso de alguém que denota seriedade, que, nas relações sociolinguísticas, exclui o lazer.

QUESTÃO 49

A variação recorrente no uso de falantes do português brasileiro entre os fones [dʒ] e [d], a exemplo da palavra “dia”, que não produz mudança fonológica, é um caso de

- (A) neutralização.
- (B) contraste.
- (C) comutação.
- (D) alofonia.

QUESTÃO 50

A sentença “Nós fala errado porque nós quer, pois, instruído nós é” indica

- (A) humor por variação diatópica.
- (B) ironia por variação diafásica.
- (C) erro por variação diacrônica.
- (D) cinismo por variação diastrática.

QUESTÃO 51

Leia o texto a seguir.

Em 1907 foi apresentada e aprovada pela Academia Brasileira de Letras (ABL) uma reforma ortográfica do português brasileiro. Em 1943, a ABL apresentou o Formulário Ortográfico, para regular a grafia do português no Brasil. Em 1945, apresentou-se o Acordo Ortográfico, decorrente das relações entre a ABL e a Academia das Ciências de Lisboa, que foi rejeitado, logo, manteve-se o Formulário Ortográfico de 1943. Em 1971, uma nova reforma ortográfica foi apresentada e aprovada. Atualmente tem-se o Acordo Ortográfico de 1990 como ortografia unificada do português, assinado por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, com adesão do Timor-Leste em 2004. Entre 1898 e 1907, o Brasil viveu a Política do Café com Leite, sob a presidência de Afonso Pena. De 1943 a 1945, o Brasil viveu a Era Vargas. Em 1971, o país estava sob o regime da Ditadura Militar. E, entre 1985 e 1990, o país estava, como ainda está, sob o regime que ficou conhecido como Abertura Democrática.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Mediante tais informações e considerações, as reformas ortográficas no Brasil foram modificações na grafia do português brasileiro mediante

- (A) a atuação de presidentes da República, para registrar sua marca na história.
- (B) o contexto político, que atua sobre o modo de representar a escrita da língua.
- (C) a época, porque, de tempos em tempos, a língua se modifica mais radicalmente.
- (D) o período em relação às interações entre os países falantes do português.

QUESTÃO 52

Tradicionalmente, e isto ainda é patente em livros de didáticos de ensino de literatura, apresenta-se a produção literária tripartida nos gêneros épico, lírico e dramático, com o épico correspondendo a obras narrativas em verso e prosa, o lírico correspondendo à poesia sentimental ou reflexiva, e o dramático correspondendo à produção teatral escrita. Mediante a diversidade de obras literárias, a teoria vigente que mais se fixou no ensino de literatura quanto à tripartição de gênero corresponde ao

- (A) anarquismo de gênero, porque se passou a produzir literatura ignorando-se as formas correspondentes aos gêneros de referência da tripartição.
- (B) variacionismo de gênero, pois, uma vez que as línguas variam em seus usos, a literatura também varia porque é produto escrito das línguas.
- (C) hibridismo de gênero, mediante a heterogenia comum a diversas obras literárias, que exclui a possibilidade obras estanques para cada gênero da tripartição.
- (D) multimodalismo, mediante o princípio de que os textos literários são produzidos em relação a condicionamentos socialmente instituídos.

QUESTÃO 53

Tornou-se comum, no ensino de literatura no Brasil, a discussão sobre gêneros textuais mediante a concepção de gêneros do discurso, do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Nessa concepção, os gêneros literários são

- (A) estáveis mediante as variações linguísticas.
- (B) complexos em relação aos demais gêneros textuais.
- (C) independentes linguisticamente e não se transformam.
- (D) maleáveis e estão em contínua transformação.

QUESTÃO 54

É frequente, no âmbito geral da população brasileira, incluindo o alunado em idade escolar ou universitária, mas também parte considerável de docentes do ensino de línguas, a ideia de que poemas transmitem uma visão pessoal, muito específica, que se configura no texto de modo subjetivo. Essa concepção tende a produzir o problema de

- (A) considerar que poemas dependem de leitura pessoal.
- (B) excluir a leitura de poesia do ensino escolar.
- (C) ignorar que a poesia é um modo de expressão política.
- (D) substituir poema por letra de música no ensino de literatura.

QUESTÃO 55

Em termos gerais, é comum circular a compreensão de que o romance é uma narrativa extensa e que, por isso, exige longo tempo de leitura, logo, demanda muita atenção. Devido a isso, no ensino escolar, é frequente

- (A) instituir o ensino do conto no lugar do romance porque é mais breve.
- (B) apresentar por resumos, trechos e no máximo um ou outro capítulo.
- (C) indicar apenas a leitura de romances que foram adaptados como filmes.
- (D) excluir totalmente o romance do ensino escolar de literatura.

QUESTÃO 56

Na prática recorrente do ensino de escrita, é comum a orientação de gêneros textuais argumentativos e narrativos, contudo, não é prevista orientação de produção do poema. Isso se deve à concepção de senso comum de que o poema

- (A) apresenta conhecimentos que não atendem ao conteúdo escolar.
- (B) depende de um estado de solidão, que é inexistente na escola.
- (C) é obra de inspiração, fenômeno que não pode ser ensinado.
- (D) pode intervir negativamente na aquisição da escrita devido à licença poética.

QUESTÃO 57

A lista da produção romanesca é bem extensa, inclui romance policial, histórico, de terror, de ficção científica, de formação, de aventura, de fantasia, dentre mais casos. No entanto, não se deve a isso a compreensão de que o romance é gênero que produz uma variedade de obras, assim como não se compreende que tal variação dependa exclusivamente de haver diferentes romancistas. A variedade de obras do romance principalmente decorre de ser um gênero

- (A) inclusivo, pois, permite uma diversidade de personagens, independentemente do perfil psicológico de cada personagem, bem como da realidade social e da época em que as personagens vivem a história.
- (B) dialógico, por ser constituído de narrativas dialogadas, o que é comum em todos os subgêneros, de modo que os diálogos produzem diversidade de pontos de vista.
- (C) mutável, porque não se fixa, não tem elementos próprios, é formado por elementos de outros gêneros textuais, não somente literários.
- (D) dúctil, uma vez que é bastante maleável a variações linguística, independentemente do subgênero, logo, pode variar entre obras do mesmo subgênero devido a ser aberto a outros gêneros textuais.

QUESTÃO 58

O princípio XIII do artigo 3º do Capítulo II da Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 1/2021, diz sobre “reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas”. Quanto ao ensino de português na escola, esse princípio atende ao trabalho com o ensino de

- (A) variedades linguísticas.
- (B) efeitos de sentido.
- (C) escolhas lexicais.
- (D) gêneros discursivos.

QUESTÃO 59

O romance *Essa terra*, de Antônio Torres, publicado pela primeira em 1976, narra o conflito entre as expectativas boas quanto ao progresso, sem desconsiderar o modo como o progresso é imposto, muitas vezes por violência. No romance de Antônio Torres, o desfecho da trajetória de Nelo, personagem que voltou para a terra natal, no meio rural, depois de viver por vinte anos em São Paulo, leva a uma série de indagações sobre os processos sociais, notadamente, mediante as relações que envolvem o progresso e a migração do campo para a cidade, que tanto dizem respeito à formação brasileira. Mediante o exposto, a discussão do romance *Essa terra* muito bem responderia ao princípio VI do artigo 3º do Capítulo II da Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 1/2021, que diz sobre a “indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento”, porque leva o alunado a

- (A) jamais desprezar o conhecimento que traz previamente para a escola devido ao conhecimento da educação profissional.
- (B) refletir sobre a realidade social de origem quanto à vida que tem e a vida que terá no trabalho.
- (C) não se afastar de suas origens para que a educação profissional o leve de volta a fim de trabalhar em sua comunidade.
- (D) discutir sobre a realidade em geral pela experiência do vivido à parte do conhecimento que é transmitido pela escola.

QUESTÃO 60

O princípio XII do artigo 3º do capítulo II da Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº 1/ 2021 diz sobre “reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como as dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes”. Dentre os seguintes fatores sociais, tal princípio não pode ser atendido a rigor devido

- (A) à literatura indígena e da negritude ainda não ter obras suficientes em circulação.
- (B) ao mercado literário excluir o público leitor indígena e da negritude.
- (C) à censura de produções de obras indígenas e da negritude devido ao racismo.
- (D) ao ensino de literatura somente incluir obras de escritores e escritoras do cânone.